



A DESINTEGRAÇÃO DA REPÚBLICA ROMANA COMO ORDEM NA DESORDEM

Gilberto Gonçalves Garcia*

RESUMO

O presente artigo esboça um ensaio de interpretação da experiência da desagregação político-social do Império Romano, à luz dos conceitos fundamentais da teoria da complexidade nas organizações. Parte da tese de que o princípio constitutivo da unidade da República Romana está baseado na compreensão originária da *virtus* romana, para em seguida demonstrar como a decadência de Roma está diretamente relacionada com a perda dessa compreensão. O ensaio interpretará a estrutura organizacional do Império como um sistema adaptativo complexo, em cuja experiência irá se instalar uma ordem de desintegração. Para a história do Ocidente, esse fenômeno se manifesta como a transformação da *virtus* romana em *virtus* cristã.

Palavras-chave: ordem de desintegração do Império Romano; complexidade nas organizações; sistemas adaptativos complexos.

ABSTRACT

The article herein outlines a comprehension test of the Roman Empire's social political disintegration in the lights of fundamental concepts of complexity theory towards organizations. It starts showing that the constitutive principle of Roman Republic is based on original comprehension of roman *virtus*, and then, how Rome decadence is totally linked with the losing of such comprehension. The survey will analyse Empire's organizational structure as a complex adaptative system whose experience will result in the installation of disintegration. For western history, such phenomenon is understood as the changing from Roman *virtus* into Christian *virtus*.

Key words: Roman Empire's disintegration, organizations complexity, complex adaptative systems.

*Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Estudos Medievais pela Saint Bonaventure University, New York, USA, Doutorando em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Diretor da FAE Business School.
E-mail: ggarcia@bomjesus.br

INTRODUÇÃO

A teoria da complexidade nas organizações, ao se propor como desenvolvimento de uma estrutura de referência para o entendimento da vida organizacional, traz à tona a mesma e velha questão em torno da qual todas as teorias dos sistemas organizacionais têm-se pautado: o saber como gerenciar e organizar. STACEY (1996, p.24), ao conceituar a ciência da complexidade, afirma que as organizações de sucesso são sistemas que tendem a estados de equilíbrio estável de adaptação com sua sociedade, seu mercado e ambiente político. Por detrás da compreensão de sucesso, esconde-se uma pressuposição mais que evidente para a teoria da complexidade: o sucesso numa organização está, de certo modo, na conquista do controle de seu processo. Assim, aparentemente, nada de novo na abordagem da complexidade, uma vez que esta se desdobra a partir da crítica ao paradigma gerencial do círculo vicioso: prever e controlar.

O que a ciência da complexidade, no entanto, traz de interessante para o entendimento da vida organizacional é o seu foco no estudo dos fundamentos da ordem inerente que se esconde em todos os sistemas organizacionais. Em outras palavras, sua base analítica está na evidência de que a tendência a auto-organizar-se é um fenômeno que está na origem de todos os sistemas. Todos os sistemas organizacionais tendem a se constituir e se desintegrar, a partir de uma ordem que só se manifesta em seu momento adequado.

O presente artigo pretende elucidar algumas das categorias fundamentais da teoria da complexidade por meio da interpretação de alguns fenômenos históricos relativos a um dos grandes sistemas político-sociais do Ocidente: o Império Romano em seu auge e decadência, rumo à abertura de um novo humanismo.

1 A IDÉIA DE *VIRTUS* COMO PRINCÍPIO DO ESTADO ROMANO EM SUA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONALIDADE

Quando aprendemos nos manuais de história geral que o estado romano constituiu-se como um império, estamos longe de compreender o real significado de império para a experiência de vida daquela organização sóciopolítica. A modernidade só consegue entender império a partir da experiência tardia da monarquia como ordem política.

Na aurora da constituição do Estado Romano, a palavra latina *imperium* indicava o comando absoluto do exército pelo príncipe. O imperador era um príncipe ou *princeps*, isto é, o primeiro na ordem do estado. O *princeps* era a autoridade absoluta do povo romano não porque tivesse algum poder hereditário para tal, mas antes por encarnar nele mesmo a idéia de república ou *res pública*: a coisa, a essência, o fundamento do povo romano. Esse poder lhe era conferido por delegação através da eleição pelos representantes do povo. Império, portanto, não indicava a experiência político-geográfica de estado, mas o poder delegado a alguém para liderar e comandar o exército romano. Imperador era o nome assumido pelo príncipe durante o tempo de duração de uma campanha militar, que delimitava simultaneamente o tempo do poder absoluto de que ele desfrutava. Assim, o tempo de duração da defesa do estado é que garantia a legitimidade do poder absoluto do príncipe. A idéia de estado está, portanto, acima do poder pessoal do imperador. Todos os títulos do príncipe o vinculam ou ao estado ou ao princípio absoluto do Estado Romano: a *dea Roma*, deusa Roma. Encontramos denominações como: *Augustus* (santo), por ser ele o símbolo vivo da deusa Roma; *Pontifex Maximus*, por ser ele o elo entre o terreno e o absoluto; *Princeps Senatus*, por ser o primeiro representante político do povo. Embora encontremos por todo lado do Império um poder ditatorial conferido ao primeiro cidadão do estado, o exercício desse poder se efetiva legitimadamente por ser ele, o príncipe, a encarnação primeira da romanidade, garantida pela proteção eterna de Roma, a deusa.

Ao expor os conceitos fundamentais da ciência da complexidade, STACEY (1996, p.54) denomina de “atrator” aquele padrão de comportamento em que um sistema se assumiu por último na ausência de distúrbios externos. Em outras palavras, um “atrator” é sempre uma ordem (*ordo*): aquilo que já está sempre vigente como determinante de um comportamento. Pois bem: aquela ordem implícita que se abre como todo um sistema, na operação do Estado Romano, é, pois, a compreensão romana de *virtus*, virtude. Para o romano da *Res Publica*, a noção de estado não é outra coisa senão a condição política que garante a experiência e a busca contínua, por parte do povo, de sua própria identidade, sua essência: sua *virtus*. Para buscar, cultivar e perpetuar continuamente tal *virtus* a cultura romana instituiu a *schola pública*.

Roma cria a primeira escola pública do Ocidente. Sabia-se, assim, que através do aprendizado de algumas ciências e do exercício de algumas artes, o cidadão romano seria conduzido (*educare*, educar) para a sua condição mais nobre, sua essência, sua *virtus*: à semelhança com Roma, a deusa. O primeiro humanismo do Ocidente nasce com a escola romana. Por todo o lado, em suas instituições internas, o Estado Romano haverá de garantir e perpetuar tal humanismo.

Na linguagem da ciência da complexidade, a noção de *virtus romana* é, para o Estado Romano, uma ordem implícita que se abre em diversos sistemas de milhares de redes. Esses diferentes sistemas (as diversas instituições internas do Estado) tinham sua funcionalidade garantida por meio da segurança militar. É por isso que o título de príncipe está intimamente vinculado à idéia de comando militar. O comando militar significava, por sua vez, nada mais que a garantia ou o controle do todo da assim “verdade romana”, expressa em suas diferentes instituições: na política, na economia, na produção, na ciência, na literatura, na história, nas artes, na fé. O comando militar delimitava as fronteiras da *virtus romana* em todas as suas expressões. Qualquer insurreição ao “princípio romano” deveria ser imediatamente sufocada pelo envio efetivo de legiões militares, encarregadas de estabelecer a chamada *pax romana*. A *pax* (paz) era uma situação iminente de conflito ou de guerra, a fim de se restabelecer a ordem romana. Foram as fronteiras do humanismo romano concretizadas como estado que estabeleceram as fronteiras geográficas do império, não o contrário. Para além das fronteiras está a “Não-Roma”, a “Não-Virtus”, a “Não-Verdade”, isto é, o lugar onde vivem aqueles que não possuem o modo de ser de Roma: o arquétipo, o modelo, a verdade suprema.

Vamos descrever melhor o padrão de comportamento determinante do Estado Romano, entendido a partir da teoria da complexidade como seu “atrator”, observando a funcionalidade interna de um de seus sistemas: os modos de produção da Roma republicana.

A compreensão de produção na Roma Clássica era guiada pela idéia artesanal da transformação e do uso de todo tipo de bem, sobretudo daquilo a que hoje chamamos de “matéria-prima”. Nossa compreensão moderna de bens de produção oriunda da economia de mercado é um outro fenômeno. A economia romana era artesanal em sua essência, embora tivesse as necessidades e as dimensões do próprio Estado

Romano. Nela, os artesãos eram compreendidos em diferentes coletivos de produção, segundo a natureza da arte produzida. Os coletivos de produção não eram meros agrupamentos de operários. Por detrás da expressão *collegium* estava a compreensão originária de que é uma determinada finalidade que atrai e reúne aqueles que deverão produzir algo comum: arcos, ferraduras, peças, utensílios. Os “colégios” eram espécies de atratores que reuniam operários e funcionários para a produção de um mesmo produto ou serviço. O fim último da produção é a funcionalidade do Estado Romano e o fim do estado é o próprio povo romano. Com isso, mais uma vez, até o modo de produção de bens se amarra no sustento da idéia de Estado, sempre interpretado como o princípio e o fim da existência romana. Esse comportamento é que irá definir a natureza dos colégios de produção:

- a) **Fabricences**: eram os operários da metalurgia e manufatura imperial. Trabalhavam na transformação dos metais brutos em armas e utensílios domésticos. Alguns eram armeiros, outros ferreiros. Sua produção destinava-se às milícias, principalmente: as legiões, a guarda palaciana e as coortes;
- b) **Bastagari**: eram os empregados cuja função era a do controle do fisco e do abastecimento dos comboios do fisco. Trabalhavam diretamente com a cobrança de impostos, com o abastecimento das tropas e o abastecimento das cidades;
- c) **Naviculari**: eram os operários encarregados dos transportes marítimos. Tinham intensa relação funcional com o trabalho dos *bastagari*;
- d) **Corpus pistorum**: constituía o corpo dos padeiros e moleiros, sobretudo. Sua produção destinava-se ao consumo alimentar local, nas cidades. Por ter o caráter local de produção, esse colégio de produção também se chamava de corpo *corpus*;

A divisão do trabalho em cada um desses colégios tinha a natureza liberal e sua produção, de certo modo, um caráter especulativo, pois o Império Romano já conhecia uma economia monetária bastante desenvolvida. Mas o que é mais interessante observar no exemplo da produção, assim dividida em colégios, é que lá também está implícito o caráter

público da produção. Todo serviço é público, porque, em se efetivando como tal, também faz acontecer o Império, em sua funcionalidade produtiva. Todo operário ou empregado da Roma Clássica é considerado um funcionário do Estado, um agente público. O fim da produção é a autonomia do Império.

Para a ciência da complexidade nas organizações, o caso exemplar dos colégios de produção do Estado Romano, em sua funcionalidade, expressaria uma “rede de agentes que interagem entre si e com agentes de outras organizações” (STACEY, 1996, p.25). A Roma Antiga, no auge de sua constituição como sistema sóciopolítico, comporta-se, em seus modos de produção, segundo um modelo produtivo relativamente regular e previsível. Dizemos: seu “atrator” estabelece “baixos parâmetros de equilíbrio”. O controle sobre os modos de produção é lento e regular. Quanto mais vige a idéia de Estado Romano, mais previsível ele se torna. Isto não significa, entretanto, a inexistência de qualquer tipo de distúrbio obrigatoriamente externo sobre o próprio processo; indica apenas grande regularidade e previsibilidade nos modos de produção e nas relações entre os sistemas de produção.

2 ADESINTEGRAÇÃO DO ESTADO ROMANO ENQUANTO ORDEM NA DESORDEM

A partir do 3.º século de nossa era, o Estado Romano começa a assistir a uma série de estranhas transformações, não só no interior de suas instituições, mas também na relação e funcionalidade entre as mesmas. Historiadores têm fracassado na tentativa de se estabelecer uma causa ou uma correlação de causas para a interpretação do fenômeno da ruína progressiva do Império Romano em todos os seus níveis de organização. Os sintomas preliminares da derrocada interna do Império se fazem notar sobretudo em três de seus principais eixos constitutivos: no sistema político, no sistema militar e nos modos de produção econômica.

No cenário político, por exemplo, o papel do Imperador começa lentamente a aumentar sobre a função do Senado, outrora soberano sobre o Estado. O Imperador chama para si o poder do Estado, criando uma administração própria, além de sua função pessoal e suprema de comandante do Exército. Como consequência imediata dessa situação,

veremos, mais tarde, o Príncipe e o Senado repartirem entre si as províncias do Império, estabelecendo para cada qual uma administração própria ligada ao interesse particular das partes. Apesar disso, quem ainda confere ao Imperador a majestade do povo romano, mesmo que formal e forçosamente, é o Exército e o Senado, instituições supremas romanas. E para agravar mais a situação, começa a se praticar, já neste período, a partilha do poder absoluto do Império, que culminará adiante na divisão do Estado em dois Impérios Romanos distintos: o do Oriente e o do Ocidente.

Com a partilha do comando político do Estado, o Império torna-se aos poucos uma monarquia. A sucessão imperial, ainda que legitimada pelo Senado, começa a proceder da hereditariedade familiar. Esta passa a se constituir como o único e verdadeiro legado da romanidade. As bênçãos da deusa Roma recaem, agora, sobre os “mesmos” de uma linhagem. Até os cortesãos palacianos, ao redor do monarca, passam a ser reputados como cargos superiores aos cargos públicos.

O Estado Romano já não é mais um estado político verdadeiro. Suas organizações internas estão somente adaptadas à de um grande Império. A fim de manter sua unidade política e cultural será necessário quebrar, pela força, qualquer tipo de resistência à situação de fato. Para tanto, há que se legitimar um poder totalitário que subsista à base da repressão total sobre tudo e sobre todos. Tal poder terá de estabelecer inúmeros mecanismos de controle para que a noção de Estado, como unidade sociopolítica, sustente-se, a despeito da fragmentação progressiva da unidade entre suas instituições.

Para a teoria da complexidade nas organizações, quando um sistema organizacional precisa disparar uma multiplicidade de parâmetros internos de controle sobre seus processos, este é um forte indicativo de que seus componentes estruturais já não respondem na mesma proporção ao princípio agregador do sistema. Esta é, aliás, a característica fundamental do que Stacey denomina de “não linearidade” dos sistemas adaptativos complexos. No caso exemplar da desagregação das instituições do Império Romano, torna-se evidente como isso acontece, na medida em que assistimos à série de fenômenos que se desenrolam na tentativa de se assegurar a idéia de unidade de Estado. São todas medidas altamente

autoritárias e temporárias de controle do sistema. Quanto mais necessárias, mais ineficazes. O Império como sistema sóciopolítico é, assim, bombardeado o tempo todo por novas formas de auto-estruturação, que se multiplicam reativamente ao crescimento dos mecanismos de controle da unidade do Estado. Pequenos distúrbios começam a ser amplificados para dentro do sistema, sem que alguma força interna possa lhes oferecer resistência: essa é a característica do surgimento daquilo que na ciência da complexidade nas organizações se chama de um “atrator” de equilíbrio instável.

Neste jogo entre o fenômeno do bombardeamento constante de distúrbios externos sobre a ordem imperial e o crescimento dos parâmetros de controle da unidade do Estado, assistimos, já no 4.º século d.C., à redução drástica do poder dos exércitos no seio do Império, por meio do decreto imperial do desmembramento das áreas de atuação das forças militares. Os grandes comandos fronteiriços serão entregues a cortesãos chamados “duques”, com a qualificação de *comes* (amigo do príncipe). Daí a expressão moderna “comitiva”, isto é, o grupo de pessoas que se acerca do poder do soberano. Como um furacão, uma ordem instável começa a se sobrepor sobre a antiga unidade estável do Império, fazendo surgir diferentes tipos de subestruturas organizacionais, em parte autônomas, em parte dependentes do regime central. No nível econômico, a contribuição fiscal, por exemplo, passa a ser mais fundiária que urbana, recolhendo-se o imposto, tanto em espécies amoeáveis como em gêneros. Do ponto de vista político surge um novo agrupamento administrativo: a “diocese”, que engloba diversas províncias numa unidade política. Surge a figura do “Vigário”, aquele que está à frente de uma diocese: uma figura intermediária entre o governador da província e o Príncipe. Surge também o “Consistório”, ou o conselho do príncipe, que passa a impulsionar toda a vida política e administrativa, uma vez que detinham amplos conhecimentos jurídicos.

Como se vê, para a nova compreensão e expansão da romanidade, o modelo urbano de Roma, como cidade, já não serve de parâmetro. Mas, paradoxalmente a este processo, é também somente a partir da imitação do próprio modelo organizacional da Roma Antiga que surgem as novas instituições autônomas e semi-autônomas no seio do Império. Uma contradição patente: para se destruir a unidade universal

e estável patrocinada por Roma, só a multiplicação de inúmeras “Romas” institucionais. Por esse motivo é que já no início do 3.º século de nossa era Roma deixa de ser a capital do Império. Nela não cabe mais a nova concepção de Império: um Imperador vai para o Oriente, outro transfere-se para Milão. Já em meados do 4.º século, Constantino assume sozinho a unidade artificial do Império, dividindo-o em três partes políticas: uma para cada um de seus filhos.

É importante notar que o surgimento de cada nova instituição “dentro” do Império baseia-se no limiar da desintegração do próprio Império, como um político. Uma nova ordem estrutural parece, assim, manifestar-se como o novo verdadeiro agente agregador da unidade político-social do Império, agora com características oscilantes entre a instabilidade e a estabilidade. O sistema gerador da nova ordem institucional do Estado parece ser, desse modo, constante e determinista. Sua ação, no entanto, parece estabelecer justamente o contrário: relações mutáveis e aleatórias entre os agentes institucionais que interagem uns com os outros dentro do sistema. Esse é um modo peculiar de auto-organizar-se do Império naquilo que nele parece confuso. Para os historiadores é muito difícil desvelar e descrever tais “fenômenos de passagem” como uma experiência histórica real, uma vez que procuram estabelecer, na maioria das vezes, apenas relações de causa e efeito entre os fatos. Fatos históricos são, em grande parte, fenômenos de complexidade. Na experiência da desintegração de um sistema, a relação causa-efeito desaparece, pois esta é uma relação proveniente da experiência da estabilidade e não da instabilidade. A característica mais descritiva de um sistema em desintegração é a sua não-previsibilidade e seu descontrole. Note-se, por exemplo, como aqueles antigos colégios liberais de trabalhadores públicos do Estado (os *collegiati*) transformaram-se totalmente, já em fins do 4.º século, em castas hereditárias de trabalho: a necessidade de se garantir, ainda que artificialmente, o abastecimento das instituições do Império, fez com que diferentes leis econômicas acabassem por fixar eternamente o trabalhador e suas gerações à mesma atividade de produção. De diferentes categorias de produção, o trabalho passou a definir diferentes categorias de homens na sociedade. Isto perdurou pelo menos até o século XII.

Como se vê, o “atrator” de equilíbrio instável do Império Romano, tomado como sua desintegração,

parece ser, na verdade, a manifestação de uma nova ordem inerente ao sistema. Uma ordem que, enquanto latente, está esperando para ser desvelada pela experiência do próprio sistema. É assim que, a partir do 5.º século, de fato, a noção de espírito público no Império desaparece completamente e uma nova experiência começa a dar contornos de unidade à antiga noção de Estado: a dimensão religiosa da fé cristã. Roma, a universal, parece transferir totalmente seu ideal de modelo para uma cristandade também universal e emergente: o Império Cristão do Ocidente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma grande oportunidade se abre para a historiografia a partir da investigação crítico-hermenêutica, guiada pela ciência da complexidade. Ao propor a pesquisa sobre o fundamento dos sistemas organizacionais, como estudo das redes de realimentação adaptativas complexas, a teoria da complexidade pode lançar luzes para uma nova leitura interpretativa dos grandes sistemas organizacionais da cultura ocidental. As idéias gerais propostas neste artigo são um pequeno esboço dessa tarefa possível. Mais do que simples “fatos históricos”, alguns eventos foram tratados, aqui, como fenômenos-chave para a

compreensão da aurora do humanismo medieval do Ocidente. A teoria da complexidade, com suas categorias fundamentais, se constituem, sobretudo, num valioso método investigativo para o estudo das grandes crises e transformações radicais nos sistemas sociais e regimes políticos da história.

Nossa pergunta, tal como a questão básica da complexidade, persiste: como entendemos nossa experiência de vida nas organizações? Perguntamos adiante: Por que o estado de adaptação estável de um sistema quase nunca aparece na vida organizacional e, quando parece ter-se constituído plenamente, todo o sistema se despedaça? Na abordagem específica, em torno do problema da plenitude e do decaimento do Império Romano, tais questões são decisivas. Nossa referência ao tema, neste artigo, não teve nenhum outro interesse senão o de estabelecer um diálogo entre as questões básicas da complexidade e o enigma do colapso da experiência da vida organizacional da Roma Imperial. E um resultado preliminar desse diálogo nos dá conta de que a longa crise do Império Romano pode ser o anúncio do advento de uma nova ordem, ainda não descoberta, inerente ao próprio sistema imperial, cuja manifestação explícita se dá apenas como experiência de desintegração de suas instituições.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Ciro Flamarion. **O trabalho compulsório na antigüidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOURQUIN, Guy. **História econômica do Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1981.
- LOT, Ferdinand. **O fim do Mundo Antigo e o princípio da Idade Média**. Lisboa: Edições 70, 1968.
- STACEY, Ralph D. **Complexity and creativity in organizations**. San Francisco: Berrett-Koehler, 1996.